

Notícias de Energia

Moçambique: Empresas de energia e mineração optam por trabalhadores qualificados

Category: Demo Category

Created on Monday, 05 December 2011 13:09

Written by Aunorius Andrews



A rápida expansão da actividade das empresas mineiras e de energia está a “secar” Moçambique de trabalhadores qualificados, levando o governo a lançar medidas excepcionais, incluindo uma revisão do código laboral, de acordo com a Economist Intelligence Unit.

O mais recente relatório da EIU sobre Moçambique afirma que os constrangimentos “severos” a nível laboral, que levam muitas empresas “a debaterem-se por preencher vagas”, estendem-se também à capacidade de oferta de alguns serviços para sectores associados, como a engenharia e construção.

“As empresas prestadoras de serviços capazes de atender às necessidades das grandes multinacionais têm sido inundadas pelo actual nível de investimentos de capital, envolvendo projectos de investimento bilionários”, adiantam os economistas da EIU.

O valor total dos projectos de investimento em mineração em Moçambique é estimado em 11,6 mil milhões de dólares, com o carvão a representar a maior fatia, de 7,1 mil milhões de dólares.

Devido a estes investimentos e à entrada em produção destes projectos, a economia deverá manter uma trajectória de aceleração nos próximos anos, de 7,3% em 2011 até 8,5% em 2013, prevê a EIU.

O mercado de trabalho de Moçambique experimenta défice de qualificações a vários níveis, desde gestores seniores e médios até cargos técnicos e posições semi-qualificadas.

De acordo com a EIU, o ensino está pouco vocacionado para as necessidades do sector privado e as empresas estrangeiras têm também tido dificuldades de adaptação às restritivas leis laborais moçambicanas, que limitam postos de trabalho ocupados por estrangeiros a 5% do total, quando o número de funcionários supera 100.

O limite é de 8% para empresas com entre 10 e 100 funcionários e de 10 por cento para empresas com até 10 trabalhadores.

O número de engenheiros, geólogos ou metalurgistas formados por ano ronda 20 a 30 na maior universidade do país, em Maputo, e outros tantos no principal instituto politécnico.

Para se adaptarem, algumas empresas têm vindo a recorrer a trabalhadores não totalmente qualificados, enquanto outras recorrem a trabalhadores estrangeiros em regime de consultoria de curto prazo, com contratos renováveis, sub-contratando empresas ou fazendo “outsourcing” para projectos específicos.

Face a estas dificuldades, salienta a EIU, o governo acedeu aos apelos do sector privado, nomeadamente da Confederação das Associações Económicas (CTA), concluindo em Outubro uma revisão do código laboral específica para os sectores de mineração e petróleo.

Embora as quotas sejam mantidas, como regra geral, as empresas destes sectores terão a partir de agora maior flexibilidade para empregar estrangeiros através de contratos até seis meses, necessitando apenas de informar as autoridades, em vez de pedir a aprovação dos contratos.

Projectos específicos de investimento podem obter do governo aprovação para um aumento de quotas.

Outra solução encontrada é a de autorizações para trabalhadores expatriados quando for comprovado que não pode ser encontrada mão-de-obra qualificada localmente (source: macauihub)